

BOAVISTA S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
CGC/MF Nº 42.419.846/0001-00

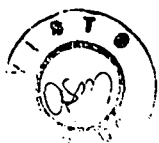
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA E LOCAL - A Assembléia Geral Extraordinária que esta ata descreve realizou-se, no dia 15 de agosto de 1995, às 15 horas, na sede social da **BOAVISTA S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, na Praça Pio X nº 118 - 12º andar, nesta Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

QUORUM - Compareceram à Assembléia e dela participaram todos os acionistas da companhia.

MESA DIRETORA - Foi Presidente da assembléia o Sr. Linneo Eduardo de Paula Machado, Presidente do Conselho de Administração. O Sr. Lineu de Paula Machado atuou como Secretário.

DELIBERAÇÕES - I - Foi aprovada, por unanimidade, proposta da Administração para a 4ª. emissão de debêntures, para colocação pública. Nos termos da proposta que veio a ser aprovada, ficaram atribuídas à emissão e às debêntures as características seguintes: **1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO - 1.1. Valor da Emissão:** O valor total da emissão será de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); **1.2. Procedimento da Distribuição Primária:** Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição pública das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80; **1.3. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário:** Serão emitidas até 10.000 (dez mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); **1.4. Séries:** 1.4.1. A emissão será feita em número indeterminado de séries, sendo que as características específicas de cada uma, à exceção da primeira, cujas características são determinadas no item 6 abaixo, serão determinadas, oportunamente, pelo Conselho de Administração; 1.4.2. Os poderes para deliberar sobre a oportunidade de emissão de séries posteriores à



2

primeira, a época e condições de vencimento, amortização e resgate, época e condições de pagamento do juro e do prêmio, modo de subscrição ou colocação das debêntures serão delegados ao Conselho de Administração pela AGE que aprovar a emissão; **1.5. Forma e Conversibilidade:** As debêntures serão nominativas, não conversíveis em ações e não endossáveis; **1.6. Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 01/07/95; **1.7. Espécie:** As debêntures desta emissão serão da espécie subordinada, entendendo-se como tal a sujeição do crédito dos debênturistas à prévia satisfação, conforme o previsto em lei, dos credores quirografários da EMISSORA, preferindo apenas aos acionistas da EMISSORA; **1.8. Atualização do Valor Nominal:** 1.8.1. O valor nominal das debêntures será atualizado, a partir da data de emissão, de acordo com a variação da TR - Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central do Brasil, doravante denominada TR, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta escritura de emissão; 1.8.2. A apuração do valor nominal das debêntures em datas intermediárias, assim entendidas como as datas não coincidentes com o primeiro dia útil de cada mês, será efetuada mediante aplicação "pro-rata temporis" da TR, a partir do primeiro dia do mês até tal data intermediária; 1.8.3. Na hipótese de extinção ou congelamento da TR ou, ainda, se por normas legais esta não puder mais ser utilizada nas emissões de debêntures, passará a ser utilizada, em sua substituição, a Taxa Básica Financeira (TBF), coletada no mesmo período mensal. Estas disposições aplicam-se para todos os demais casos que a escritura mencionara atualização de valores com base na variação da TR; 1.8.4. Se na data do vencimento da obrigação a taxa a ser aplicada não estiver disponível para o cálculo, este poderá ser efetuado pela taxa aplicada à obrigação do mês imediatamente anterior. A diferença apurada quando da disponibilidade da taxa, acrescida dos encargos convencionados para a operação, será paga na data da apuração ou juntamente com o pagamento da obrigação subsequente; **1.9. Preço e Condições de Subscrição:** O preço e as condições de subscrição das debêntures serão estabelecidos por ocasião da emissão de cada série; **1.10. Negociação:** Por ocasião da emissão de cada série, à exceção da primeira, o Conselho de Administração determinará se a mesma será registrada para negociação através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional Das Intituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; **1.11. Publicação na Imprensa:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal onde a EMISSORA faz publicar documentos relativos a seus atos societários; **1.12. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às amortizações e aos rendimentos (incluídos aí juros e prêmio) a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados

n



pela CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese da série não ter sido registrada na CETIP, nos termos do item 1.10 supra ou, ainda, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema; **1.13. Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos; **1.14. Juros de Mora e Multa:** A EMISSORA incidirá em mora se deixar de efetuar o pagamento, nas datas aprazadas, dos rendimentos (incluídos aí juros e prêmio) e/ou do principal, ficando obrigada, nesta hipótese, ao pagamento das quantias devidas atualizadas até a data do efetivo pagamento pela variação acumulada da TR, acrescido de (i) juros de mora à razão de 1% (hum por cento) ao mês e (ii) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor resultante do acréscimo anterior; **1.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros ou prêmio no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento; **1.16. Vencimento Antecipado:** O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA das debêntures em circulação, do valor nominal atualizado acrescido de juros e prêmio calculados na forma da escritura, deduzidas as amortizações realizadas até então, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA; (ii) decretação de falência da EMISSORA; (iii) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e (iv) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, prevista na escritura de emissão; **1.17. Aquisição Facultativa:** A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, sem a necessidade de divulgação e sorteio e em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que nesta hipótese, os juros e prêmio devidos pela EMISSORA serão acrescidos ao valor das debêntures adquiridas e as amortizações já efetuadas serão deduzidas do mesmo. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas no mercado; **1.18. Resgate Antecipado facultativo:** 1.18.1. As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da EMISSORA, poderão ser resgatadas antecipadamente, de forma total ou parcial, sendo que, no caso de o resgate ser

2

asm

parcial, serão observadas as disposições legais a respeito da escolha dos títulos a serem resgatados mediante sorteio. Por ocasião do referido resgate, serão pagos valor nominal atualizado acrescido de juros e prêmio - calculados na forma da escritura - a que fizer jus o debenturista naquela data, deduzidas as amortizações ocorridas até a presente data; 1.18.2. O sorteio que houver de ser feito deverá se realizar no 2º (segundo) dia útil anterior à data em que a operação será efetivada. O local do sorteio será a sede do AGENTE FIDUCIÁRIO; 1.18.3. O sorteio das debêntures no âmbito e para os efeitos deste item deverá ser precedido de aviso que a EMISSORA se obriga a enviar aos debenturistas até 3 (três) dias antes da data em que o sorteio será efetivado ou publicação a ser feita com a mesma antecedência, observado que o aviso deverá conter: (i) a data, a hora e o local do sorteio e (ii) a data na qual a operação de resgate será efetivada; 1.18.4. A relação das debêntures sorteadas deverá ser divulgada através de correspondência a ser emitida pela EMISSORA aos debenturistas ou mediante publicação na imprensa. 2. **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA** - A EMISSORA está adicionalmente obrigada a: 2.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO: (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social; (ii) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada; e (iii) decorridos 15 (quinze) dias de qualquer Assembléia Geral, fornecer cópias de todas as atas; 2.2 Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM; 2.3. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios pelo estatuto social da EMISSORA, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros e/ou principal das debêntures, objeto da escritura; 2.4. A EMISSORA declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer plenamente suas funções. 3. **DO AGENTE FIDUCIÁRIO** - 3.1. **Nomeação:** Ficará nomeado e investido das funções de AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas o interveniente qualificado com esta designação no preâmbulo da escritura, o qual declarará aceitar a nomeação, bem como que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983; 3.2. **Atribuições:** Competirá ao AGENTE FIDUCIÁRIO exercer as funções que lhe são próprias na forma da lei e as que ficarem a ele atribuídas nos termos da escritura, para as quais o AGENTE FIDUCIÁRIO declarará ter plena aptidão; 3.3. **Relatório Anual:** O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá elaborar o relatório anual de que trata a alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, fazendo-o a tempo de promover a publicação na imprensa, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao mês de encerramento de cada exercício social da EMISSORA, de comunicação no sentido de que esse relatório se acha à disposição dos debenturistas no local onde esteja estabelecido e, ainda, na sede da EMISSORA, na CVM e na

sede da instituição que tiver atuado como colocadora das debêntures desta emissão;

3.4. Remuneração: 3.4.1. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da escritura, uma remuneração referente a cada série emitida, a ser paga da seguinte forma: (i) 01(uma) parcela de R\$ 3.000,00 (três mil reais) paga na data da publicação do 1º (primeiro) anúncio de início de distribuição de cada série das debêntures, a título de implantação dos serviços e (ii) parcelas semestrais de R\$ 3.000,00 (três mil reais) pagas a contar da data do pagamento da 1ª parcela, até a data prevista para o pagamento da última amortização de cada série; 3.4.2. As parcelas do item (ii) acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), a partir do pagamento da primeira parcela, calculadas "pro-rata die", se necessário; 3.4.3. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO a serem cobertas pela EMISSORA; 3.4.4. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas, a serem adiantadas pelos debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas; 3.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão; **3.5. Substituição:** 3.5.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la; 3.5.2. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes à escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição; 3.5.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim; 3.5.4. A



asm

substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores; 3.5.5. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, que deverá ser averbada no Registro de Imóveis no qual foi a mesma registrada; 3.5.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição; 3.5.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM; 3.5.8. Caso a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ocorra em data distinta das datas de pagamento de sua remuneração, a remuneração pendente será paga proporcionalmente ao período compreendido entre o último pagamento e a data da substituição. **4. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS** - 4.1. Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas; 4.2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM; 4.3. Aplicam-se à assembléia dos debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na Lei nº 6404/76 para a assembléia geral dos acionistas da EMISSORA; 4.4. A presidência da assembléia caberá preferencialmente na seguinte ordem: (i) ao AGENTE FIDUCIÁRIO; (ii) ao representante legal da EMISSORA; (iii) ao debenturista eleito pelos presentes ou (iv) àquele que for designado pela CVM; 4.5. Em qualquer caso o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá na assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas; 4.6. A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença dos debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número; 4.7. Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não; 4.8. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da escritura, dependerão da aprovação dos debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação. As alterações que houver entrarão em vigor e terão eficácia após o respectivo aditamento à escritura; 4.9. Para efeito da constituição do quorum a que se refere o item 4.8., serão excluídas do número de debêntures em circulação as pertencentes à EMISSORA. **5. DO FORO** - 5.1. Será escolhido o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes da escritura e dos eventuais aditamentos. **6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS TÍTULOS DA 1ª SÉRIE** - 6.1. Prazo das Debêntures: As

4



debêntures desta série vencerão na data do vencimento da 24ª (vigésima quarta) amortização, conforme o item 6.5. abaixo; **6.2. Quantidade de Debêntures:** O número de debêntures desta primeira série será de 1.800 (hum mil e oitocentas), equivalentes a R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), na data de emissão; **6.3. Preço de Subscrição e Forma de Pagamento:** As debêntures deverão ser subscritas por preço equivalente ao seu valor nominal atualizado na forma do item 1.8., acrescido dos rendimentos previstos no item 6.4. abaixo, calculados "pro rata temporis" no período decorrido entre a data de emissão das debêntures e a data da efetiva subscrição, devendo a integralização ser feita em dinheiro, de uma só vez, no ato da subscrição; **6.4. Rendimentos:** 6.4.1 Juros Remuneratórios: As debêntures desta emissão farão jus à percepção de juros remuneratórios, a partir da data de emissão, capitalizados à base de 12% a.a. (doze por cento ao ano), considerado o ano de 360 dias. A parcela de juros remuneratórios será calculada exponencialmente por dias decorridos, incidindo sobre o valor pecuniário resultante do previsto no item 1.8. retro e pagáveis nas mesmas datas de amortização do principal previstas no item 6.5. abaixo; 6.4.2. Prêmio: A EMISSORA pagará às debêntures um prêmio de 10% a.a. (dez por cento ao ano) a ser acrescido linearmente aos juros remuneratórios previstos no item 6.4.1., perfazendo uma remuneração anual total de 22%, prêmio este devido nas datas das amortizações do principal previstas no item 6.5; 6.4.3. As debêntures somente farão jus à atualização prevista no item 1.8.1. e aos rendimentos previstos nos itens 6.4.1. e 6.4.2. enquanto a atualização do valor nominal das debêntures estiver atrelada à variação acumulada da TR. Ocorrendo a hipótese prevista no item 1.8.3. supra, a atualização do valor nominal e os rendimentos previstos serão devidos até a data da última amortização em que vigorar a TR e a partir de então, utilizar-se-á a TBF para fins de quaisquer obrigações previstas na escritura, acrescidos somente de juros remuneratórios à base de 1% a.a. (hum por cento ao ano), pagos nas mesmas datas das amortizações previstas no item 6.5. abaixo; **6.5. Amortização do Principal e Pagamento dos Rendimentos:** 6.5.1. O valor nominal das debêntures, atualizado na forma do item 1.8., será amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas a serem pagas observados os seguintes critérios relacionados: (i) caso a subscrição das debêntures ocorra no 1º (primeiro) dia útil de um mês de calendário, a primeira amortização será feita no 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da subscrição; (ii) caso a subscrição das debêntures não ocorra no 1º (primeiro) dia útil de um mês de calendário, a primeira amortização será feita no 1º (primeiro) dia do 2º (segundo) mês subsequente ao da subscrição e (iii) as demais amortizações deverão ocorrer sempre no 1º (primeiro) dia de cada mês de calendário subsequente ao da primeira amortização; 6.5.2. A fórmula a ser utilizada para a aferição do valor a ser pago mensalmente (que inclui a

rf

CSM

amortização e os rendimentos) é a seguinte:

$$PMT_n = V_e \times AM_n \times (1 + i)^d \times i \frac{(1 + i)^{24} - 1}{(1 + i)^{24} - 1}$$

$$J_n = PMT_n - P_n$$

$$P_n = \frac{PMT_n}{(1 + i)^{25 - n}}$$

onde: PMT_n = valor do pagamento mensal, incluindo amortização do principal atualizado, juros remuneratórios e prêmio; V_e = valor nominal unitário da debênture na data de emissão; d = número de meses decorridos entre o mês de emissão e o mês anterior ao do primeiro pagamento; AM_n = fator da variação acumulada da TR desde a data de emissão até o vencimento da amortização; n = número de ordem do pagamento; i = taxa mensal de remuneração do papel, incluindo juros e prêmio, correspondendo a 22% a.a; J_n = valor de juros remuneratórios e prêmio pagos na enésima amortização; P_n = valor da amortização de ordem "n"; **6.6. Negociação:** As debêntures desta série serão registradas para negociação através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional Das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. **II** - Foram delegados ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre a oportunidade de emissão de séries posteriores à primeira, a época e condições de vencimento, amortização e resgate, época e condições de pagamento do juro e prêmio, modo de subscrição ou colocação das debêntures; e **III** - a Diretoria ficou autorizada a praticar todos os atos necessários para efetuar a emissão ora aprovada.

24

asm

ENCERRAMENTO - Nada mais tendo sido tratado, a Assembléia foi encerrada com a lavratura desta ata, que foi aprovada e vai assinada pelos presentes.

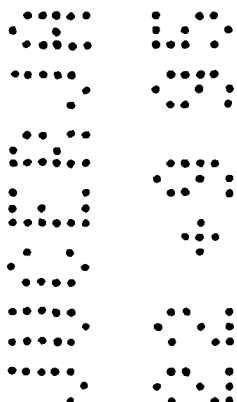
Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1995

PEPH . *Pi* *Uk*

Linneo Eduardo de Paula Machado

P/BANCO BOAVISTA S.A. - LINEU DE PAULA MACHADO (Diretor Presidente) - RICARDO CESAR LIMA DE AZEVEDO (Diretor Executivo) - CÂNDIDO GUINLE DE PAULA MACHADO - FRANCISCO EDUARDO DE PAULA MACHADO - LINNEO EDUARDO DE PAULA MACHADO (PRESIDENTE) - LINEU DE PAULA MACHADO (SECRETÁRIO)

A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembléias Gerais.



Adriana do Santos Muri
ADRIANA DO SANTOS MURI
CONTABILISTA

asm